



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

18/2024

PÁGINA Nº

1 de 11

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SUMÁRIO

- LEGISLAÇÃO

- Atos do Poder Executivo
- Presidência da República
- Atos do Poder Legislativo
- Congresso Nacional
- Atos do Poder Judiciário
- Conselho Nacional de Justiça
- Conselho da Justiça Federal
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região

III- PERIÓDICO

 <p>REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL RDA ANO 29 • 113 • JANEIRO-MARÇO • 2024 COORDENAÇÃO: CLAUDIA LIMA MARQUES FERNANDO REVERENDO VIDAL AKAOUI PATRYCK DE ARAÚJO AYALA Qualis A1 THOMSON REUTERS REVISTA DOS TRIBUNAIS</p>	 <p>REVISTA DE DIREITO PRIVADO RDPriv ANO 25 • 119 • JANEIRO-MARÇO • 2024 COORDENAÇÃO: NELSON NERY JUNIOR ROSÁ MARIA DE ANDRADE NERY THOMSON REUTERS REVISTA DOS TRIBUNAIS</p>	 <p>REVISTA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL SÃO PAULO • Nº 521 • ABRIL, 2024 INFORMAÇÕES COMPLETAS Disponíveis também por meio de aplicativos. As notícias no período: orientação sobre meios, aposentadorias, pensões, alvarás e outras questões; - textos completos de legislação do período: leis, medidas provisórias, decretos, portarias, ordens de serviço, decisões administrativas, instruções normativas, etc.; - textos normativos: estatutos-constituintes, estatutos regulatórios. 41.67 RPS 2024 ITB</p>
Revista de Direito Ambiental	Revista de Direito Privado	Revista de Previdência Social



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
18/2024

PÁGINA Nº
2 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

LEGISLAÇÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Presidência da República

[Decreto n. 12.090, de 3 de julho de 2024](#)

Altera o [Decreto nº 11.722, de 28 de setembro de 2023](#), que dispõe sobre o Concurso Público Nacional Unificado e institui seus órgãos de governança.

DOU - Seção 1, p. 9, 04/07/2024

[Decreto n. 12.093, de 3 de julho de 2024](#)

Altera o [Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995](#), que dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da administração pública federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais.

DOU - Seção 1, p. 16, 04/07/2024

[Decreto n. 12.106, de 10 de julho de 2024](#)

Regulamenta o incentivo fiscal à cadeia produtiva da reciclagem estabelecido na [Lei nº 14.260, de 8 de dezembro de 2021](#).

DOU - Seção 1, p. 1, 11/07/2024

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Congresso Nacional

[Lei n. 14.905, de 28 de junho de 2024](#)

Altera a [Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#) (Código Civil), para dispor sobre atualização monetária e juros.

DOU - Seção 1, p. 3-4, 01/07/2024

[Lei Complementar n. 208, de 2 de julho de 2024](#)

Altera a [Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#), para dispor sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação, e a [Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966](#) (Código Tributário Nacional), para prever o protesto extrajudicial como causa de interrupção da prescrição e para autorizar a administração tributária a requisitar informações a entidades e órgãos públicos ou privados.

DOU - Seção 1, p. 1-2, 03/07/2024

[Lei n. 14.911, de 3 de julho de 2024](#)

Altera a [Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023](#) (Lei Geral do Esporte), para coibir a prática de intimidação sistemática (bullying) no esporte.

DOU - Seção 1, p. 5, 04/07/2024

[Lei n. 14.912, de 3 de julho de 2024](#)

Altera a [Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990](#) (Lei Orgânica da Saúde), para determinar a realização de campanhas permanentes sobre os riscos da automedicação.

DOU - Seção 1, p. 5, 04/07/2024

[Lei n. 14.915, de 5 de julho de 2024](#)

Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Doenças Crônicas.

DOU - Seção 1, p. 1, de 08/07/2024

[Lei n. 14.916, de 5 de julho de 2024](#)

Institui o Dia Nacional da Conscientização sobre a Dermatite Atópica.



ALERTA SEBIB

NÚMERO
18/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
4 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

DOU - Seção 1, p. 1, de 08/07/2024

[Lei n. 14.917, de 5 de julho de 2024](#)

Dispõe sobre medidas emergenciais destinadas aos setores de turismo e de cultura do Estado do Rio Grande do Sul.

DOU - Seção 1, p. 1, de 08/07/2024

[Lei n. 14.919, de 5 de julho de 2024](#)

Institui o Dia Nacional do Hematologista e do Hemoterapeuta.

DOU - Seção 1, p. 1, de 08/07/2024

[Lei n. 14.921, de 10 de julho de 2024](#)

Altera a [Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997](#) (Código de Trânsito Brasileiro), para estabelecer a idade máxima dos veículos destinados à formação de condutores.

DOU - Seção 1, p. 1, de 11/07/2024

ATOS DO PODER JUDICIÁRIO

Conselho Nacional de Justiça

Presidência

[Regulamento CNJ, de 04 de julho de 2024](#)

Regulamenta o Prêmio de Inovação do Poder Judiciário, ano 2024.

eDJ-CNJ n. 148, de 04/07/2024, p. 11-15

Conselho da Justiça Federal

Secretaria-Geral

[Portaria n. 397, de 4 de julho de 2024](#)



ALERTA SEBIB

NÚMERO
18/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
5 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Dispõe sobre a publicação do Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Federal, referente ao exercício de 2024.

DOU - Seção 1, p. 295 de 08/07/2024

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Presidência

[Portaria n.751, de 05 de julho de 2024](#)

Altera a [Portaria Presi 8016281, de 17 de abril de 2019](#), que regulamenta procedimentos relacionados ao sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.

BDTRF1, 08 de julho de 2024

Presidência e Corregedoria Regional

[Resolução Conjunta n.3, de 08 de julho de 2024](#)

Institui e disciplina o juiz das garantias na Justiça Federal da 1ª Região.

BDTRF1, 08 de julho de 2024

Diretoria-Geral

[Portaria n. 459, de 09 de julho de 2024](#)

Delega competências para a prática de atos de gestão aos diretores da Secretaria de Gestão Administrativa, da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro e da Coordenadoria de Inteligência e Segurança Institucional.

BDTRF1, 08 de julho de 2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
18/2024

PÁGINA Nº
6 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

III – PERIÓDICOS

REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL Nº 113 – JAN.-MAR./2024

DOCTRINA

TEORIA GERAL E PROTEÇÃO AO AMBIENTE

Políticas ambientais e participação social: desafios e propostas de calibragem de espaços participativos a partir dos comitês de bacias hidrográficas

Environmental policies and social participation: challenges and reinforcement proposals from the watershed committees

LUÍS GUSTAVO SANTOS LAZZARINI..... 25

Dificultades y desafíos actuales en materia de decisiones judiciales ambientales

Dificuldades e desafios atuais em matéria de decisões judiciais ambientais

PABLO LORENZETTI..... 51

AMBIENTAL – BIODIVERSIDADE E RECURSOS NATURAIS

Papagaio-de-peito-roxo: a atuação de órgãos fiscalizadores no enfrentamento ao tráfico de animais para fins de estimação

Papagaio-de-peito-roxo: performance of supervisory bodies does not confront the trafficking of animals for pet purposes

KATIELE DAIANA DA SILVA REHBEIN, JAIME MARTINEZ e NÊMORA PAULETTI PRESTES 69



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
18/2024

PÁGINA Nº
7 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Meio ambiente costeiro-marinho em face da crise do sargação
Coastal marine environment in face of the sargassum crisis
SOLANGE TELES DA SILVA, MAURÍCIO DUARTE DOS SANTOS e CAROLINA DUTRA 101

AMBIENTAL – TRIBUTÁRIO

A reforma tributária e o novo marco da tributação ambiental
Tax reform and the new framework for environmental taxation
ARTHUR MARIA FERREIRA NETO 127

AMBIENTAL – INTERNACIONAL

Garantías institucionales y derechos de la naturaleza: análisis a partir de la Sentencia sobre el Bosque Los Cedros y otras sentencias de la Corte Constitucional del Ecuador
Garantias institucionais e direitos da natureza: análise baseada na Sentença da Floresta Los Cedros e em outras decisões do Tribunal Constitucional do Equador
JAVIER ARCENTALES 147

O paradigma da transição justa (OIT) e a importância para a América Latina e Caribe (ALC): sustentabilidade, ecologização e emprego verde para não deixar ninguém para trás
The just transition paradigm (ILO) and the importance for Latin America and the Caribbean (LAC): sustainability, ecologization and green jobs to leave nobody behind
GABRIELA SAMRSLA MÖLLER e CRISTHIAN MAGNUS DE MARCO 163

Plusvalía ecológica ilícita: fundamentos para su aplicación en Costa Rica
Illegal ecological capital gain: foundations for its application in Costa Rica
MARIO PEÑA CHACÓN 205



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
18/2024

PÁGINA Nº
8 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

- Litígios climáticos como garantia de equidade intergeracional
Climate litigation as a guarantee of intergenerational equity
ANTONIO JOSÉ DE MATTOS NETO, ROBERTA CAROLINA ARAÚJO DOS REIS e IGOR BORGES 245
- Por que a justiça climática precisa dos direitos dos animais?
Why does climate justice need animal rights?
GABRIELLE TABARES FAGUNDEZ e LETÍCIA ALBUQUERQUE 271
- Desastres naturais no Nordeste brasileiro e o suporte normativo das políticas climáticas estaduais
Natural disasters in the Brazilian northeast and the normative support of state climate policy
RÔMULO LIMA SILVA DE GÓIS e JOÃO VITOR GOBIS VERGES 297
- El agravamiento de los problemas de gestión del agua dulce en el Antropoceno: consecuencias jurídicas
Worsening freshwater management conditions in the Anthropocene: legal consequences
SANTIAGO M. ÁLVAREZ CARREÑO 321
- Aspectos conceituais e práticos da responsabilização civil por dano ambiental-climático no Brasil
Conceptual and practical aspects of civil liability for climate-environmental damage in Brazil
DANIELLE DE ANDRADE MOREIRA, VICTORIA LOURENÇO DE CARVALHO E GONÇALVES e MARIA EDUARDA SEGOVIA 341
- Sincretismo dialógico e os princípios gerais de um direito das alterações climáticas
Dialogical syncretism and the general principles of the law of climate change
PATRYCK DE ARAÚJO AYALA 379



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
18/2024

PÁGINA Nº
9 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA DE DIREITO PRIVADO Nº 119 – JAN.-MAR./2024

DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Instituições e questões raciais: uma análise crítica do sistema
"Busca Ativa Nacional" do Conselho Nacional de Justiça

*Institutions and racial issues: a critical analysis of the "National
Active Search" system of the National Council of Justice*

FERNANDA MASSAD DE AGUIAR FABRETTI 15

DOS CONTRATOS

Desligamento contratual: o conceitual nebuloso do Direito Privado
brasileiro – revogar, resilir, denunciar, rescindir, resolver, distratar e
invalidar

*Contractual termination: the nebulous conceptual of Brazilian
Private Law – revoke, unilaterally discharge, discharge, rescind,
terminate, bilaterally discharge and invalidate*

FELIPE BIZINOTO SOARES DE PÁDUA 33

DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM

Os limites da convenção de arbitragem à luz das teorias do *group of
companies* e do *implied consent* e do instituto da desconsideração
da personalidade jurídica

*The limits of the arbitration agreement in light of the theories of
the group of companies and implied consent and the institution of
disregard of legal personality*

PEDRO BERTOGNA CAPUANO e CARLOS EDUARDO STAUDACHER LEAL DE
CARVALHO 57



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

NÚMERO
18/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
10 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Do DIREITO DA CONCORRÊNCIA

Oportunidade perdida: intersecções entre direito da concorrência e sustentabilidade à luz do Regulamento Europeu 2023/1115

Missed opportunity: intersections between antitrust law and sustainability based on the Regulation (EU) 2023/1115

STEPHANIE VENDEMIATTO PENEREIRO..... 73

Do DIREITO DE FAMÍLIA

Destituição do poder familiar e maternidade: presunção de abandono pelas mulheres e mães acusadas de crime

Destitution of family power and motherhood: presumption of abandonment by women and mothers accused of crimes

FERNANDA MASSAD DE AGUIAR FABRETTI 95

Do DIREITO DE PROPRIEDADE

Abuso do direito de propriedade e limitações à propriedade: semelhanças e distinções

Property right abuse and property limitations: similarities and distinctions

ANDRÉ FURTADO DE OLIVEIRA..... 109

DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Responsabilidade civil resultante de abandono afetivo: a possibilidade de incidência dos danos morais em razão da violação do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana

Civil liability resulting from emotional abandonment: the possibility of incidence of moral damages due to violation of the Principle of Human Dignity

EDUARDA DE O. BERNARDINO e LEONARDO GOMES DE AQUINO 131

Danos típicos na empreitada: mora, cumprimento defeituoso e vícios ocultos

Typical damages in contract work: delay, defective fulfillment and hidden defect

ANDRÉ FURTADO DE OLIVEIRA, MARCELO AMARO MATOS DA SILVEIRA e
MATHEUS PREIMA COELHO..... 153



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
18/2024

PÁGINA Nº
11 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL Nº 521 – ABR./2024

REDAÇÃO

Desoneração Municipal..... 227

DOCTRINA

Alterações nos critérios de aposentadoria e pensão por morte, aplicáveis ao regime próprio de previdência social — Cláudia Salles Vilela Vianna..... 229

A condição previdenciária do menor sob guarda após a Emenda Constitucional n. 103/2019 (Tema 1271 do STF) — Marco Aurélio Serau Junior..... 252

O Abril Verde: Conscientização na segurança e saúde no trabalho — José Augusto da Silva Filho..... 256

LEGISLAÇÃO

Portaria MPS n. 1.153, de 15.04.24 — Pecúlio. Índice de reajustamento. Salário de benefício. Índice de reajustamento dos últimos salários de contribuição. Mês de abril de 2024..... 297